ANTONIO CARLOS SANTANA DIEGUES Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo

O MITO MODERNO DA NATUREZA INTOCADA 3.a EDIÇÃO

EDITORA HUCITEC

NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA SOBRE POPULAÇÕES HUMANAS E ÁREAS ÚMIDAS BRASILEIRAS/USP

São Paulo, 2001

As Definições das Culturas Tradicionais

Dentro dessa visão, culturas tradicionais (num certo sentido todas as culturas são tradicionais) são padrões de comportamento transmitidos socialmente, modelos mentais usados para perceber, relatar e interpretar o mundo, símbolos e significados socialmente compartilhados, além de seus produtos materiais, próprios do modo de produção mercantil. Segundo Diegues (1992c):

"Comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de produção mercantil (petty mode of production) é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. Esse 'know-how' tradicional, passado de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação. Como essas populações em geral não têm outra fonte de renda, o uso sustentado de recursos naturais é de fundamental importância. Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena. Outras características importantes de muitas sociedades tradicionais são: a combinação de várias atividades econômicas (dentro de um complexo calendário), a reutilização dos dejetos e o relativamente baixo nível de poluição. A conservação dos recursos naturais é parte integrante de sua cultura, uma idéia expressa no Brasil pela palavra 'respeito' que se aplica não somente à natureza como também aos outros membros da comunidade." (p. 142)

As culturas e sociedades tradicionais se caracterizam pela a)dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recur sos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida; b)conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhe cimento é transferido de geração em geração por via oral; c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d)moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e volta do para a terra de seus antepassados; e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mer cadorias possa estai mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;

87

f) reduzida acumulação de capital; g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas; i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final; j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos; l) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

Um dos critérios mais importantes para definição de culturas ou populações tradicionais, além do modo de vida, é, sem dúvida, o reconhecer-se como pertencente àquele grupo social particular. Esse critério remete à questão fundamental da identidade, um dos temas centrais da Antropologia. Historicamente, sobretudo no início do século, quando a Antropologia européia e norte-americana se preocupava quase exclusivamente com as chamadas sociedades primitivas nos territórios colonizados, a identidade do outro (Massai, Bororó, Man-dinga etc.) era facilmente determinada pelo pesquisador, sobretudo porque havia clara distinção étnica. Nesse sentido, mesmo no Brasil, o outro até recentemente era identificado com o índio, havendo pouca preocupação com outras formas de alteridade. O surgimento de outras identidades sócio-culturais, como a caiçara, é fato mais recente, tanto de estudos antropológicos quanto de auto-reconhecimento dessas populações como portadoras de uma cultura e um modo de vida diferenciado de outras populações. Esse auto-reconhecimento é freqüentemente, nos dias de hoje, uma identidade construída ou reconstruída, como resultado, em parte, de processos de contatos cada vez mais conflituosos com a sociedade urbano-industrial, e com os neomitos criados por esta. Parece paradoxal, mas os neomitos ambientalistas ou conservacionistas explícitos na noção de áreas naturais protegidas sem população têm contribuído para o fortalecimento dessa identidade sóciocultural em populações como os quilombeiros do Trombetas, os caiçaras do litoral paulista etc. Para esse processo tem contribuído também a organização de movimentos sociais, apoiados por entidades não-governamentais, influenciadas pela ecologia social, por cientistas sociais etc.

88

Essas características, mencionadas anteriormente, não devem ser tomadas de forma isolada, mas constituem uma totalidade que pode ser traduzida por modo de vida, no sentido que lhe atribui Antônio Cândido , em Parceiros do Rio Bonito (1964). Nesse trabalho, Cândido descreve e analisa a cultura caipira como modo de vida próprio das populações interioranas do Estado de São Paulo, formada pela contribuição dos colonizadores portugueses, em seu cruzamento com o elemento indígena e, marginalmente, com o negro. Ademais não a considera equivalente à cultura ou sociedade de folk, mas corresponderia melhor à denominação de "civilization traditionelle" de Varagnac ou de cultura camponesa.

"A sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio (embora em nível que reputaríamos hoje precário), mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais, a sua exploração sistemática e o estabelecimento de uma dieta compatível com o mínimo vital — tudo relacionado a uma vida social de tipo fechado, com base na economia de subsistência. "(Cândido, 1964:19)

Cândido enfatiza a obtenção dos meios de subsistência e as formas de solidariedade existentes nos bairros caipiras, entendidos como um agrupamento territorial, mais ou menos denso, cujos limites são traçados pela participação dos moradores em trabalhos de ajuda mútua (p. 47). Além disso, o modo de vida caipira é marcado pela estreita ligação das representações simbólicas e religiosas com a vida agrícola, a caça, a pesca e a coleta.

"Magia, medicina simpática, invocação divina, exploração da fauna e da flora, conhecimentos agrícolas fundem-se num sistema que abrange, na mesma continuidade, o campo e a mata, a semente, o ar, o bicho, a água e o próprio céu. Dobrado sobre si mesmo pela economia de subsistência, encerrado no quadro dos agrupamentos vicinais, o homem aparece ele próprio como segmento de um vasto meio, ao mesmo tempo natural, social e sobrenatural." (Cândido, 1964:138)

A respeito do ajuste ecológico entre a cultura caipira e o meio natural, Cândido afirma que o equilíbrio ecológico se estabeleceu por causa das condições primitivas do meio: terra virgem, abundância de caça, pesca e coleta, fraca densidade demográfica, limitando a concorrência vital. Quando, apesar disso, o meio natural se exauria, o caipira procurava outro local para sua agricultura de subsistência. Queiroz (1973) também, em seus vários trabalhos, pesquisou essa população tradicional composta de sitiantes, caipiras e caiçaras, definindo-a como lavradores cuja produção é orientada para a subsistência; são em larga escala

89

auto-suficientes e independentes, em relação à economia urbana; seus estabelecimentos são de tipo familiar, concentrando nos chefes de família a iniciativa dos trabalhos efetuados na unidade de produção, trabalhos que não se distinguem, mas que se confundem com todas as atividades da vida cotidiana. O gênero de vida do camponês se forma em função da cidade, com a qual aparece em equilíbrio de complementaridade, de tal ordem que a cidade necessita muito mais dele do que ele dela. Descrevendo as culturas litorâneas, Mussolini (1980) afirma que o modo de vida caiçara resultou num aproveitamento intensivo, quase exclusivo e mesmo abusivo dos recursos do meio, criando-se, desse modo, uma intimidade muito pronunciada entre o homem e seu hábitat.

"Conhece o homem muito bem as propriedades das plantas ao seu redor—para. remédios, para construções, para canoas, para jangadas — bem como os fenômenos naturais presos a terra e ao mar e que os norteia no sistema de vida anfíbia que levam, dividindo suas atividades entre a pesca e a agricultura de pequeno vulto, com poucos excedentes para troca ou para venda: os ventos, os movimentos das águas, os hábitos dos peixes, seu periodismo, a época e a lua adequadas para pôr abaixo uma árvore ou lançar à terra uma semente ou u'a muda ou colher o que plantou. "(Mussolini, 1980:226)

Essas últimas afirmações nos remetem à questão das sociedades tradicionais e da sustentabilidade. É importante recordar que o modo de produção caracteriza essas formas sociais de produção é o da pequena produção mercantil; isto é, ainda que produzam mercadoria para venda, são sociedades que garantem sua subsistência por meio da pequena agricultura, pequena pesca, extrativismo. São formas de produção em que o trabalho assalariado é ocasional e não é uma relação determinante, prevalecendo o trabalho autônomo ou familiar. E a pequena produção mercantil, como bem lembrou Barel (1974), é uma forma social que tem história muito mais longa que a dominante, como a feudal e a capitalista. A pequena produção mercantil nunca foi independente, porém sempre existiu articulada a outras formas dominantes como a escravocrata, a feudal e a capitalista. A ordem escravocrata e a feudal desapareceram, mas a pequena produção mercantil continua existindo, e mesmo na sociedade capitalista, em certos momentos históricos e em certas regiões, ela floresce, para depois entrar em crise (o que sucede, por exemplo, nos bolsões de economia de subsistência, em certas regiões mais isoladas). Essa longa permanência histórica desse modo de produção se deve ao seu sistema de produção e reprodução ecológica e social. São sociedades mais homogêneas e igualitárias que as capitalistas, com pequena capacidade de acumu-

90

lação de capital, o que dificulta a emergência de classes sociais1. As relações sociais como o compadrio funcionam como verdadeiras relações de produção, como afirma Godelier (1984), uma vez que podem determinar a forma social de acesso aos recursos, colaboram na organização dos processos de trabalho e, finalmente, marcam a distribuição do trabalho individual ou coletivo. As relações de compadrio, em muitas dessas sociedades, facilitam o acesso a zonas de produção (pesca, por exemplo) que de outra forma seria interditado. Constituem-se também na base da solidariedade grupai, juntamente com outras formas de cooperação, como o mutirão. Além disso, a tecnologia utilizada tem impactos ecológicos reduzidos sobre os ecossistemas que utiliza, permitindo a renovabilidade dos estoques e a sustentabilidade dos processos ecológicos fundamentais. Na maioria das vezes, sobretudo em regiões tropicais, essas sociedades tradicionais apresentam fraca densidade populacional. As festas, as lendas, e a simbologia mítica, além da religião, afirmam a coesão social, mas de forma nenhuma fazem desaparecer os conflitos, como parecem fazer crer os que consideram essas sociedades totalmente igualitárias. À medida que os processos fundamentais de produção e reprodução ecológica, social, econômica e cultural funcionam, pode-se afirmar que são sociedades sustentáveis. Essa; sustentabilidade, no entanto, está associada a baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, a respeito pela conservação dos recursos naturais.